

SÉ DA CIDADE VELHA, REPÚBLICA DE CABO VERDE

RESULTADOS DA 1.ª FASE DE CAMPANHAS ARQUEOLÓGICAS

CLEMENTINO AMARO Arqueólogo, coordenador científico, pelo então IPPC, da 1.ª fase do projecto de arqueologia

RESUMO Arquipélago com uma localização estratégica inegável no apoio às viagens para o Oriente e para a América do Sul, a cidade da Ribeira Grande (ilha de Santiago) irá funcionar, ao longo da segunda metade do século XV e século XVI, como local privilegiado de adaptação e estágio de população cativa na costa ocidental de África antes de seguir para outras paragens (ladinização). Será de igual forma espaço de adaptação de plantas e de animais domésticos.

Com o fim do monopólio do comércio de escravos a partir de meados do século XVII, a cidade entra numa acelerada decadência económica, social, bem como do seu património construído.

A intervenção arqueológica irá complementar, de certa forma, o conhecimento arquitectónico da emblemática ruína da sé, facultar algum espólio, reflexo da convergência de rotas comerciais, como revelar algumas manifestações económicas e tradicionais introduzidas pela população africana.

PALAVRAS-CHAVE Cabo Verde, cooperação, Ribeira Grande, comércio de escravos, Cidade Velha, Ribeira Grande de Santiago

1. INTRODUÇÃO

Foi com o objectivo concertado de salvaguarda, preservação e de reabilitação de importantes memórias patrimoniais, históricas e culturais, comuns aos dois países, que é firmado um protocolo entre as repúblicas de Portugal e Cabo Verde para a recuperação da Cidade Velha (antiga Ribeira Grande), assinado no Mindelo em 13 de Junho de 1988.

Trata-se da primeira cidade construída nos trópicos no decurso da Expansão e que se assume como a primeira capital do arquipélago de Cabo Verde. Localiza-se a cerca de 15 km a Oeste da Cidade da Praia.

Atendendo ao seu historial, vivências e património arquitectónico, é declarada como Património Mundial da Humanidade pela UNESCO em 26 de Junho de 2009¹.

A descoberta oficial da ilha de Santiago é de 1460 e a capitania do Sul (Ribeira Grande) é doada a António de Noli logo em 1462.

O investimento real no desenvolvimento da Ribeira Grande deve-se, em grande medida, ao valor estratégico da localização do arquipélago como ponto de apoio nas rotas marítimas que se dirigiam para o sul de África e para a América tanto no reabastecimento de água e de alimentos frescos, como de reparação naval. Depois da passagem de Vasco da Gama pelo arquipélago, em 1497, na ilha de S. Nicolau foi levantado um

padrão assinalando precisamente a passagem por aquela ilha da armada de Pedro Álvares Cabral a caminho do Brasil – por altura da comemoração dos cinco séculos do nascimento do navegador. Este foi erguido no local onde se encontra o forte da Preguiça, construído em 1820 e entretanto sujeito a trabalhos de recuperação e de valorização (Amaro; Santos, 2002, p. 10-12).

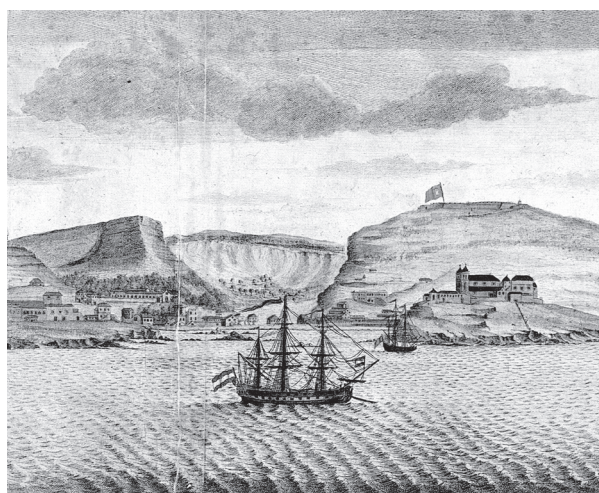
O sítio da Ribeira Grande vai funcionar como laboratório onde se experimentam e aclimatizam espécies vegetais e animais oriundas da Europa e de África vindo a ser introduzidos em novos espaços, espaços que também eles contribuem para o retorno de outras espécies.

O porquê da escolha dum baía acolhedora, mas cheia de escolhos e pedrouços, para a fundação do povoado e num meio físico de difícil defesa deve-se, em grande medida, à presença, no local, de uma abundante nascente e consequente vale fértil², cortado por uma ribeira, abrindo-se num enorme anfiteatro aberto ao mar, de luxuosa vegetação, onde hoje em dia se destacam os elegantes coqueiros, conjunto de condições naturais pouco comuns em Cabo Verde (fig. 1).

Em meados do século XVI a cidade tem cerca de 500 fogos, erguidos num espaço urbano particularmente complexo e organizado em três bairros: Figueira de Portugal (ao longo do Vale de S. Pedro), S. Braz (margem direita da ribeira) e S. Sebastião/Sé (sobranceiro à margem esquerda), destacando-se na urbe a centralidade do Largo

1. O município, entretanto, é reconstituído em 2005 e a vila passa a designar-se Ribeira Grande de Santiago.

2. O abastecimento de água à cidade era feito através de duas levadas, uma delas ainda em bom estado de conservação.



1. Ribeira Grande. Gravura holandesa. Cerca de 1635. AHU.

do Pelourinho junto ao porto, constituindo-se a urbe no principal aglomerado da África Atlântica.

A carta de privilégios de D. Afonso V de 1466 concede aos moradores de Santiago liberdade de comércio e resgate de escravos na costa da Guiné, privilégio que irá perdurar até 1647 quando perde o monopólio oficial do tráfico negreiro, situação que vai acelerar a decadência e gradual abandono da cidade, após um período áureo que durará até finais do século XVI.

A progressiva instalação de holandeses no comércio negreiro na costa ocidental de África a partir de inícios do século XVII e a sua temporária ocupação de Luanda (1641-48) será um dos factores que também contribui para a marginalização do comércio via Ribeira Grande. No decurso das primeiras décadas do século XVII os escravos oriundos das costas de Angola passam a ter gradual peso nas Antilhas e Brasil por serem considerados grandes trabalhadores, revelarem boa aprendizagem nos ofícios mecânicos (Schwartz, 1998, p. 237) e ainda tidos como menos truculentos nas tarefas associadas aos engenhos do açúcar.

Em 1533 é criado o bispado de Cabo Verde e da Costa da Guiné, após solicitação ao papa no ano anterior, justificando-se o pedido com o índice de povoamento e a presença de igrejas nestas ilhas, constituindo-se na primeira diocese da costa ocidental de África (Neiva, 1994, p. 129). Em simultâneo Ribeira Grande é elevada a cidade. Enquanto se arrastam os trabalhos de construção da catedral, a igreja de Nossa Senhora do Rosário serviu de pró – catedral (função desempenhada pela igreja da Misericórdia na fase final). Aquele templo, iniciado a construir em 1495, é o mais antigo edifício da cidade e onde se destaca uma capela lateral em estilo manuelino. Decorre aí, ainda hoje, as cerimónias religiosas da “velha” cidade.

Iniciados os trabalhos de construção da sé em 1556, por iniciativa do terceiro bispo de Cabo Verde, D. Frei Francisco da Cruz, o local escolhido não é consensual por ser uma zona periférica e muito exposta, e um edifício, ao que parece, demasiado grande (cerca de 60 m de comprimento), sendo a sua construção suspensa em 1592. As obras serão concluídas, presume-se, em 1693/94, após mais de um século de interrupções, pelo bispo D. Frei Vitoriano Portuense.

A costa da Guiné passa a ser visitada por espanhóis, franceses e holandeses, em particular a partir do último quartel do século XVI, no que resulta em negócios concorrenciais e no assalto a embarcações e a povoações.

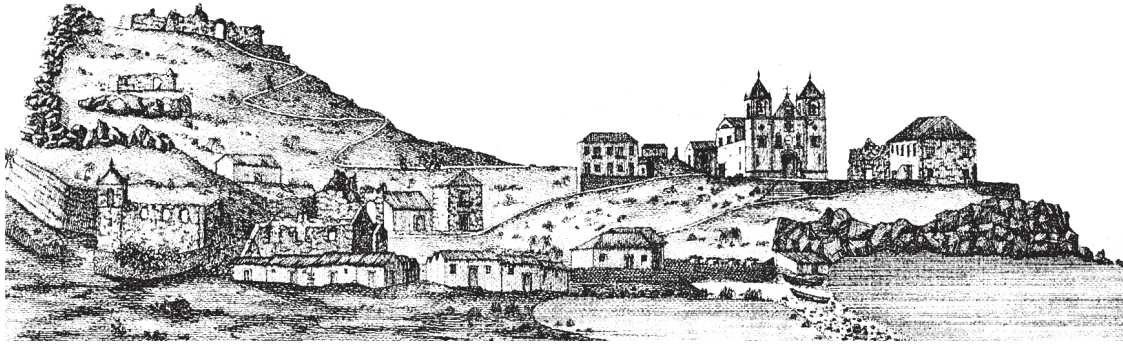
A cidade está, assim, exposta à guerra de corso e a saques (Francis Drake em 1578/79), o que implica a construção de uma rede de fortes, muralhas e da Fortaleza Real de S. Filipe (iniciada em 1587 e concluída em 1593).

O sistema defensivo continua a não ser eficaz, concretizando-se contínuas pilhagens, como a preconizada por piratas franceses comandados por Jacques Cassard já em 1712, provocando uma onda de abandono e destruição da qual a cidade já não recupera e a sede do governo é transferida para a vila de Santa Maria da Praia em 1769 (actual Cidade da Praia), povoação onde há muito se fazia a aguada (Correia e Silva, 1998, p. 48-50).

A crónica fragilidade da estrutura defensiva do local, marcada pela falta de obras, de armamento e de homens – como resultado, em grande medida, da falta de receitas na alfândega da cidade –, situação agravada ainda por anos sucessivos de seca e pela insalubridade do local, contribuem igualmente para acelerar o seu abandono.

O processo de declínio da cidade (reforçado por uma opção de muitas famílias pelas casas rurais e abandono da sua residência na cidade) é acompanhado pelos primeiros traços de ruína do edifício e do paço episcopal a partir da segunda metade do século XIX, ao ponto de em finais do século o bispo e o próprio padre não têm condições de permanência e retiram-se definitivamente para a Praia (figs. 2 e 3). A situação é agravada pelo uso imediato e indiscriminado de pedra e cantarias em construções locais e em edifícios públicos na cidade da Praia.

Atendendo à carga simbólica de primeira capital de Cabo Verde e ao caos instalado na Cidade Velha, o Governador manda suspender a extracção de pedra do local em 1922, tendo, inclusive, regressado cantarias, vindas da Cidade da Praia, e depositadas no interior da sé. Apesar desta medida, o levantamento fotográfico de 1929 (fotógrafo Frank) confirma que a ruína do templo é já completa (fig. 4).



2. Ribeira Grande. Litografia. Lisboa, 1864.



3. Pormenor da sé. Litografia de 1864.

Frank



4. Estado de ruína da sé em 1929.

A sé insere-se, arquitectonicamente, no *estilo chão* (termo criado por George Kubler, 1988), estilo arquitectónico português marcado pela austeridade das formas, ou seja, num "*entendimento simplificado da codificação clássica italiana*", nas palavras do arquitecto José Manuel Fernandes (2004). Edifício de volumetrias rectangulares, fachadas de grande simplicidade decorativa, com fenestrações esguias, uso de decoração no estritamente necessário, de aspecto atarracado e fortificado (influência de arquitectos militares), obedece a um programa muito difundido, nomeadamente pela Companhia de Jesus – embora Horta Correia defenda que não haja um "estilo jesuítico" (Correia, 1991) –, e apresenta paralelos com as sés de Portalegre e Angra do Heroísmo.

Na opinião de Pedro Dias (com base em vistas e fotos antigas), o templo – com uma fachada de bom traçado maneirista –, possui todos os seus elementos de sustentação seguindo a ordem toscana simplificada, mas "*as aberturas, portas, janelas e arcos eram debruados de cantarias com desenho de tradição serliana*" (Dias, 1999, p. 116).

Numa sumária descrição da organização espacial da sé, diremos que o seu interior é estruturado por três naves, definidas por pilares quadrangulares e com púlpito

junto ao transepto, no pilar sul, onde subsiste o primeiro degrau de acesso (fig. 5; fig. 12, Q.G25). O transepto e a capela-mor estão sobrelevados em relação ao corpo da igreja, com a acessibilidade facultada pela presença de dois degraus (fig. 5; fig. 12, Q.F24).

A profunda capela – mor está ladeada por dois cadeirais, destinados ao cabido, e possui porta de acesso à sacristia e cubículo anexo (fig. 6). O altar-mor seria sobrelevado (fig. 12, Q.H//J33/34) e onde ainda prevalece vestígios de dois degraus de acesso ao embasamento do mesmo (fig. 7). Adossada à sacristia, a nascente, encontra-se outra sala de apoio.



5. Degraus de acesso ao transepto e capela-mor.

No adro fronteiro, já não se detectam vestígios marcantes da escadaria de acesso, mas subsiste a parte inferior do cruzeiro (fig. 3; fig. 12, Q.H8).

O baptistério situa-se na torre norte, com entrada pela nave lateral, lado do evangelho, revelando-se um dos dois presumíveis degraus da base de assentamento da pia baptismal (fig. 12, Q.M14). Na parede de fundo ainda se vislumbra vestígios do nicho onde se encaixaria o armário das alaias associadas à cerimónia do baptismo (fig. 8). A torre sul apresenta o primeiro lanço da escada de acesso ao seu interior (fig. 12, Q.F14) e vestígios do pequeno átrio, em tijoleira, e onde se exumou uma pulseira (fig. 9). Junto à entrada de ambas as torres, estas de planta quadrangular, encontram-se as marcas do embasamento que correspondem ao local de altares (fig. 12).

O corpo da igreja, ao nível do quarto pilar das naves³, apresenta vestígios da estrutura de fixação da balaustrada que delimitava o acesso ao átrio de acesso às duas capelas laterais (fig. 12, Q.G/L22). Estas encontram-se adossadas ao transepto, localizando-se a norte, a capela do Senhor dos Passos, lado do evangelho, e a sul, a capela de São José, lado da epístola (fig. 12).

A capela de São José apresenta ainda algumas evidências, como base de altar, pavimento em tijoleira e as paredes revestidas por painéis de azulejo, estes, em grande parte, saqueados (fig. 10). É o único espaço onde é visível o negativo da aplicação de painéis de azulejos e que corresponde a uma composição figurativa, com cercadura de motivos florais, a azul e branco. Tendo por base uma cantoneira e o conjunto de vários fragmentos azulejares exumados no decurso da escavação arqueológica, José Meco atribui a sua autoria a Gabriel del Barco, por se tratar de um painel onde ressalta uma pintura densa, característica daquele pintor, e pronunciando o despontar do barroco no azulejo, aqui datado da última década do século XVII, já com a mudança da policromia para o “azul e branco” (Meco, 1999).

Do mesmo contexto arqueológico são igualmente exumados alguns fragmentos de azulejos de “figura avulsa”. Por fim, alguns fragmentos de azulejos de “aresta” hispano – mouriscos, da primeira metade do século XVI, e que poderão pertencer, como hipótese de trabalho, à capela (de invocação a S. Sebastião) que antecede, no local, a construção da sé.

O *estilo tardo-gótico* (Manuelino) e *chão* são muito utilizados na arquitectura civil, administrativa e religiosa da expansão, bem como diversas artes decorativas, nas quais se integra a azulejar, como o caso da Sé da Ribeira Grande.

3. Fixou-se a ordenação dos pilares a partir da entrada do templo.



6. Tamba do 1.º bispo de Cabo Verde ladeada pelo cadeiral do cabido e porta de acesso à sacristia (à esquerda).



7. Pormenor da preparação do assentamento dos degraus de acesso ao altar-mor.



8. Torre norte; baptistério.



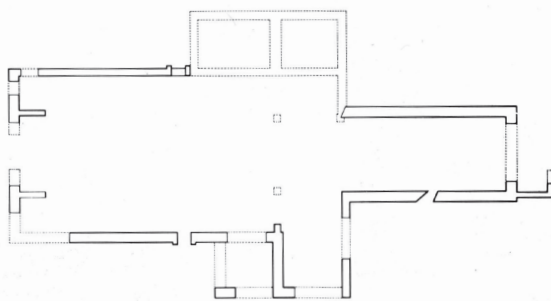
9. Vestígios do pavimento da torre sul e pulseira *in loco*.



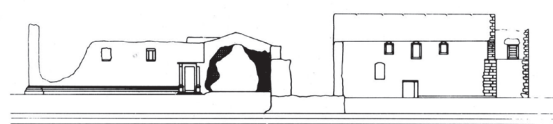
10. Capela de S. José antes da intervenção, evidenciando o negativo da aplicação da azulejaria.



Sé. Alçado lateral Norte
Levantamento 1988 - arquivos I.P.P.C.



Planta da Sé da Ribeira
Levantamento 1988 - arquivos I.P.P.C.



Sé. Alçado lateral Sul
Levantamento 1988 - arquivos I.P.P.C.

11. Levantamento de planta e alçados, 1988, IPPC.

2. A ESCAVAÇÃO E O PROJECTO INICIAL DE CONSOLIDAÇÃO DA RUÍNA

A ruína da sé da antiga Ribeira Grande é o monumento eleito para dar-se início ao protocolo de cooperação, contando-se com o apoio do Instituto Nacional de Cultura de Cabo Verde e do então Instituto Português do Património Cultural (fig. 11)⁴.

De acordo com a proposta de recuperação da sé, desenvolvida pelo arquitecto João Bento de Almeida (no qual, entretanto, é integrado o levantamento arqueológico⁵), aquela passa pela consolidação da ruína e a "definição de elementos estruturais e arquitectónicos que a compunham através da marcação da nave central e da fachada, com as suas torres sineiras por uma estrutura de betão que definirá a silhueta da igreja". Pretender-se-ia, a partir daqui, criar um núcleo histórico da Cidade Velha e espaços para desenvolver actividades culturais (fig. 12).

As três primeiras campanhas arqueológicas sob a nossa coordenação decorrem em três momentos que se complementam: de Outubro de 1989 a Fevereiro de 1990; de Junho a Agosto de 1991; de Julho a Outubro de 1993.

A equipa de arqueologia integra técnicos de campo, de restauro e de desenho, adstritos ao então IPPC, e dois arqueólogos e um técnico de campo da República de Cabo Verde⁶, para além de uma equipa variável de trabalhadores locais⁷.

A escavação arqueológica pauta-se, assim, pela necessidade prévia, e árdua, de se desentulhar o espaço e remover cerca de duas centenas e meia de cantarias, que, numa primeira fase, são deslocadas para o antigo adro da sé, onde se procede ao seu inventário e registo fotográfico (figs. 13 e 14).

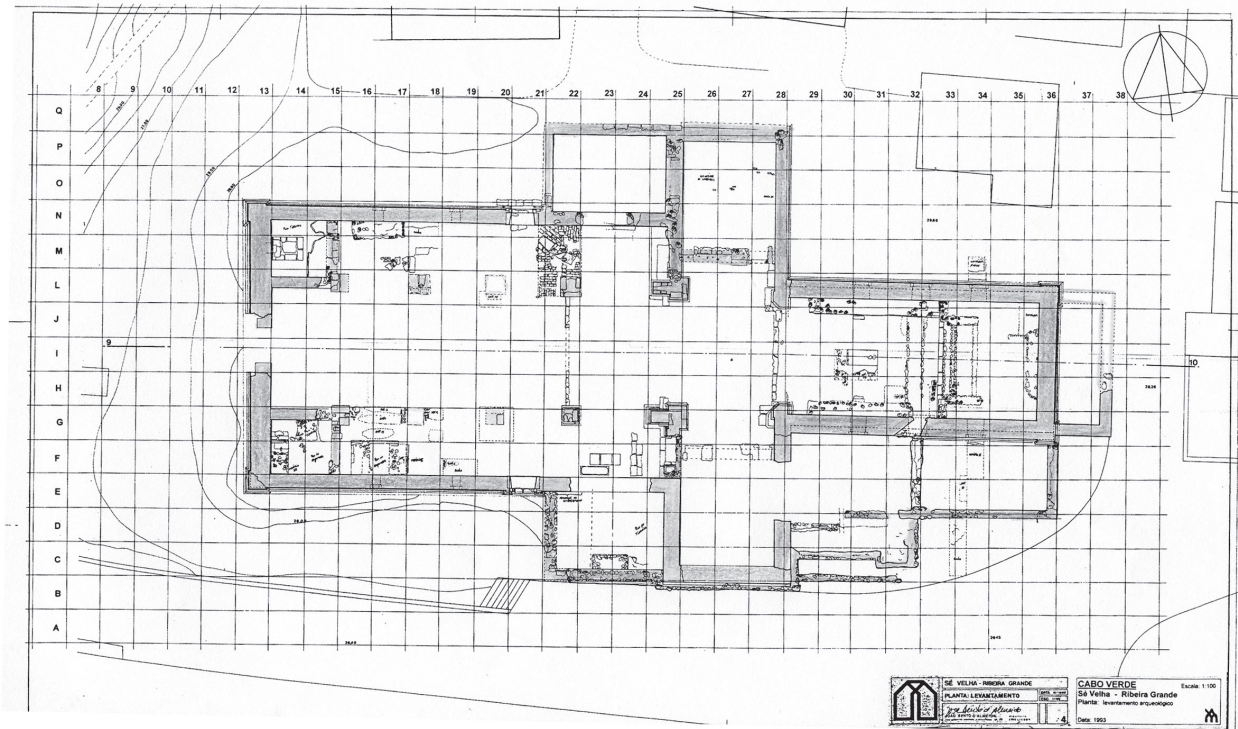
No decurso da remoção de pedras e cantarias, é recuperado um conjunto de imagens e de elementos arquitectónicos (como bases de coluna) com alguma expressão artística (fig. 14). Este acervo, bem como outros elementos recuperados ou doados pela população, é recolhido e exposto no então Gabinete Técnico, nas

4. Ao abrigo do mesmo protocolo foi inaugurada uma exposição em Outubro de 1989, na Praia, intitulada Ribeira Grande – A Cidade Velha (planeamento e coordenação de João Fagundes) e posteriormente montada na Cidade Velha. No mesmo âmbito, foi por nós desenvolvida uma acção de formação na Escola de Formação de Professores da Cidade da Praia e a divulgação pública dos resultados na Embaixada de Portugal.

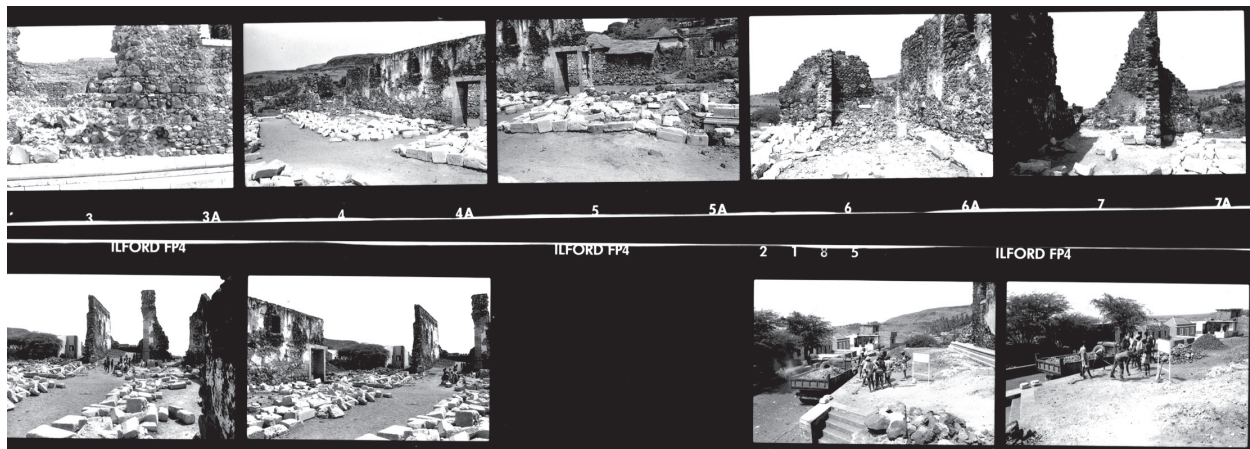
5. No decurso desta fase, e após levantamento rectificativo, à fita, do monumento, houve a necessidade de rectificar, *a posteriori*, a quadrícula usada, no sentido este/oeste. Onde, a título exemplo, se regista Q.G16 corresponde, no levantamento final, a G15 (pavimento da torre sul) (fig. 9).

6. Verónica Freire, Carlos Carvalho e Alberto Nogueira, técnicos do INAC, Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde.

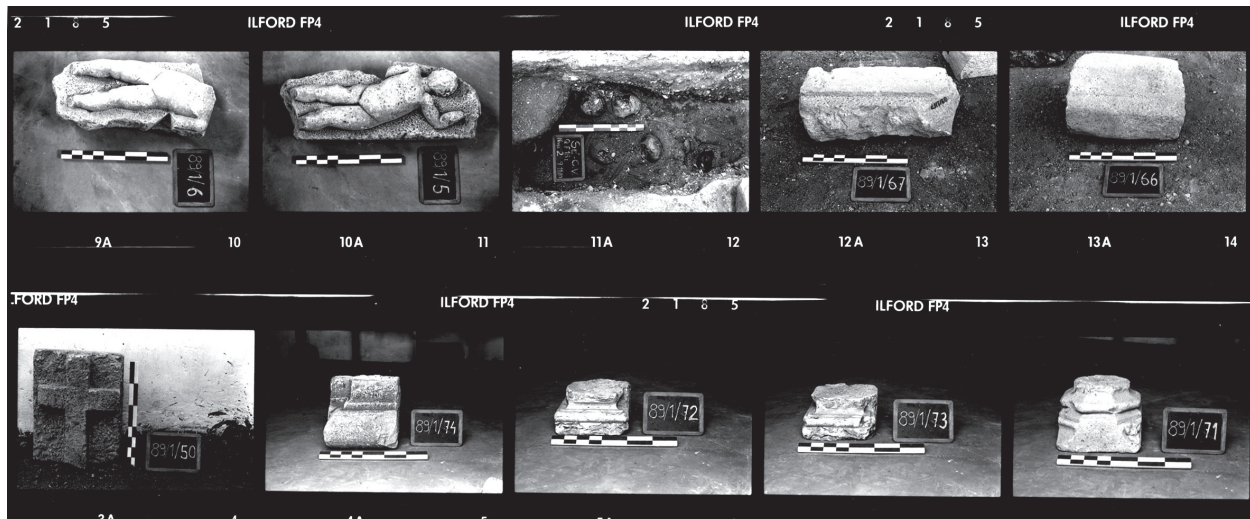
7. Os técnicos de campo Emanuel Carvalho, Natalina Guerreiro, Teresa Julião, Vítor Santos; técnico de conservação e restauro Moisés Campos; técnica de desenho Rita de Matos.



12. Levantamento da sé (Arquitecto João Bento de Almeida) após inclusão dos dados da arqueologia.



13. Estado da sé na fase inicial de limpeza e desentulhamento.



14. Fase do inventário de cantarias e imagens e registo de ossário da nave lateral sul.

imediações da sé, espaço onde se procede ao inventário e tratamento do espólio cerâmico, dos elementos pétreos, madeira, ferro, argamassas e espólio osteológico⁸.

Remove-se, por fim, um grande volume de aterros e alguns entulhos e restos de obra, o que vai facultar a fase de realização de sondagens arqueológicas. Daí resulta a definição do alinhamento dos pilares de sustentação das três naves do templo e dos alicerces das capelas laterais, lado norte, bem como a definição integral do transepto (figs. 6 e 12).

Procede-se, complementarmente, ao desaterro externo da capela-mor e à recuperação do soco primitivo do edifício. Nesta acção são definidos os alicerces e soleiras de porta de duas salas laterais à capela-mor, lado sul, correspondendo à sacristia e sala anexa (figs. 1 e 12).

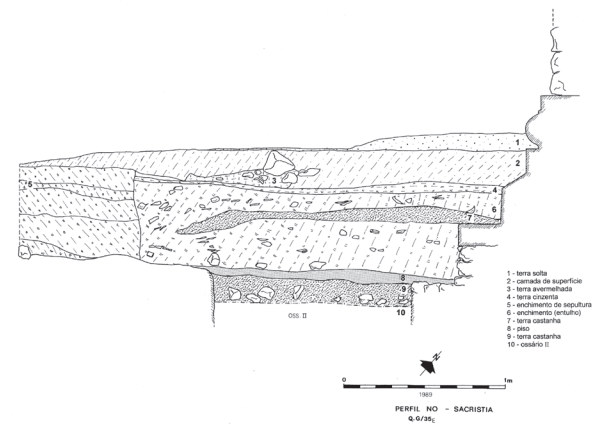
Na sequência do desaterro do soco observamos a abertura de duas fiadas de seis covas (casas), num dos blocos aplicados, que logo reconhecemos tratar-se de um tabuleiro para o *jogo de oril*, actividade lúdica muito em voga localmente e que não vamos além de meros aprendizes... (fig. 16). Jogo de estratégia e lógica de origem africana, chega a Cabo Verde trazido pelos povos da costa da Guiné. É disputado por dois jogadores utilizando 48 sementes. A sua presença poderá associar-se à participação de mão-de-obra escrava na construção da sé, ou, mais propriamente, no estaleiro de talhe das cantarias.

Esta realidade da presença de tabuleiros de jogo em pedra (casos raros, em barro) é muito comum no nosso país, tanto em castelos como templos, com registo a partir, pelo menos, do período islâmico. O *jogo do moinho* (e os similares *jogo de Alquerque de Nove* e *de Doze*, trazidos pelos muçulmanos) é também disputado por dois jogadores (Fernandes; Alberto, 2009).

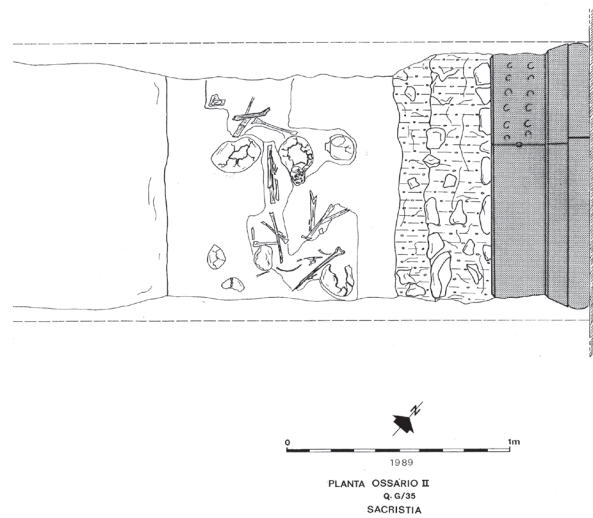
A associação de tabuleiros com obras de vulto poderá sugerir que os canteiros e até pedreiros os gravem para uso em momentos de pausa, enquanto decorrem as obras, vindo por fim a aplicar a cantaria gravada na construção.

Na sequência do integral desaterro da sé, fica o sítio exposto aos ventos alísios, que periodicamente se manifestam no arquipélago, levantando fortes nuvens de pó. Esta circunstância promove a iniciativa de se cobrir todo o espaço interior com uma camada constituída por areia do rio, tendo ainda o factor favorável de realçar a planta do edifício, como as paredes remanescentes, num forte contraste de cor, graças à origem vulcânica da areia (figs. 5 e 6).

8. Procedeu-se à catalogação e embalamento dos conjuntos osteológicos pontualmente exumados para posterior estudo no âmbito da antropologia física.



15. Perfil de sondagem no interior da sacristia (ossário II).



16. Plano do ossário II e cantaria do soco com *jogo de oril*.

Nesta fase, protege-se as poucas manchas de pavimento subsistentes, bem como são cobertos os locais de enterramento evidenciados pela intervenção arqueológica. O tramo sul do transepto foi o espaço onde se identifica maior número de enterramentos realizados, presume-se, na fase final como *campo santo*, já que a covas são abertas rasgando o pavimento em tijoleira que reveste o transepto. A nave lateral norte, é onde se regista uma razoável mancha de pavimento em tijoleira, embora apresentando zonas toscamente reparadas (fig. 12, Q.L/M22).

Procede-se, também neste momento, à consolidação de troços de muros da sé, onde se preveem (tendo mesmo acontecido) pequenas derrocadas, através do preenchimento de vazios, resultantes da erosão do tempo, como da anterior remoção de cantarias. Para esta acção recorre-se a um pedreiro local, conhecedor da técnica tradicional de construção em alvenaria de pedra (fig. 17).

A argamassa utilizada tem por base a tradicional: cal viva, areia negra de ribeira e gravilha na proporção de

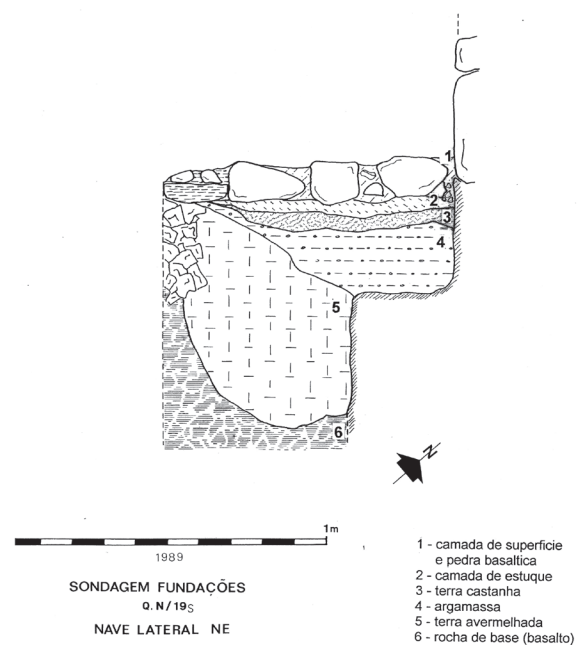
dois baldes de cal, quatro de areia, um de gravilha e um de cimento (este com o fim de reforçar o papel agregador da cal).

Em articulação com o Instituto Superior Técnico⁹, procedemos a sondagens junto às paredes e pilares, em locais previamente definidos, a fim de permitir um estudo adequado da consolidação das fundações e ser avaliada a sua solidez, assentamento e grau de estabilidade para avaliação da resistência dos pilares a futuras cargas. As sondagens arqueológicas revelam que as fundações se encontram em bom estado de conservação e de estabilidade, com assentamento directo na rocha-mãe (fig. 18).

9. Projecto desenvolvido através do Centro de Materiais de Construção, sendo seu responsável o professor Gaspar Nero.



17. Preenchimento de vazios numa parede exterior do edifício.



18. Perfil de sondagem do muro norte (lado interno).

Esta intervenção implica, em casos concretos, a definição de alguns enterramentos e de dois ossários (figs. 14 e 16).

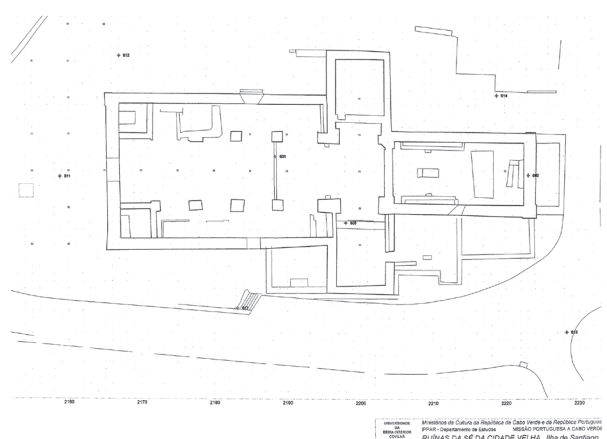
A opção em se proceder à escavação de sepulturas no mínimo necessário resulta igualmente do facto de no decurso dos trabalhos, termos conhecimento, pelos jovens que diariamente nos visitam, da utilização do interior da sé como *campo santo* e, como tal, estarem ali enterrados parentes seus.

Perdura como espaço sagrado (tal como os enterramentos feitos na Igreja de N. S. do Rosário) até finais dos anos quarenta do século XX, momento da inauguração do novo cemitério. Prática comum, mesmo em território nacional, apontamos o exemplo da Igreja da Ressurreição em Cascais, em estado de ruína e sem cobertura, e que funciona ainda como cemitério em 1867, altura em que a câmara entende que é contrário à saúde pública e delibera no ano seguinte mudar a localização dos cemitérios (Henriques, 2011, p. 60-61).

Outra função registada nos anos vinte e trinta é a utilização da capela-mor como vacaria (fig. 4). Um episódio burlesco mas que retrata, em certa medida, um quotidiano a raiar os limites da sobrevivência, é o caso de nos apercebermos do desaparecimento de uma etiqueta de identificação dos sacos de espólio. Observamos, entretanto, uma das nossas companheiras de jornada, uma cabra, pachorrontamente mastigando a dita etiqueta!

No decurso da terceira campanha, e junto ao segundo pilar da nave lateral norte, é detectado o alicerce de um muro ligeiramente desalinhado com os eixos da sé e sem qualquer articulação com a mesma. Na mesma sondagem identifica-se um enterramento sobre o qual é construído o embasamento do pilar.

A largura dos muros da estrutura em U, posteriormente registada (fig. 19), apresenta um valor semelhante aos muros exteriores da sé e a sua volumetria



19. Trabalho de topografia da sé da Cidade Velha, 1999. Relatório de Martin Hock e Rui Fernandes, Universidade da Beira Interior, Covilhã.

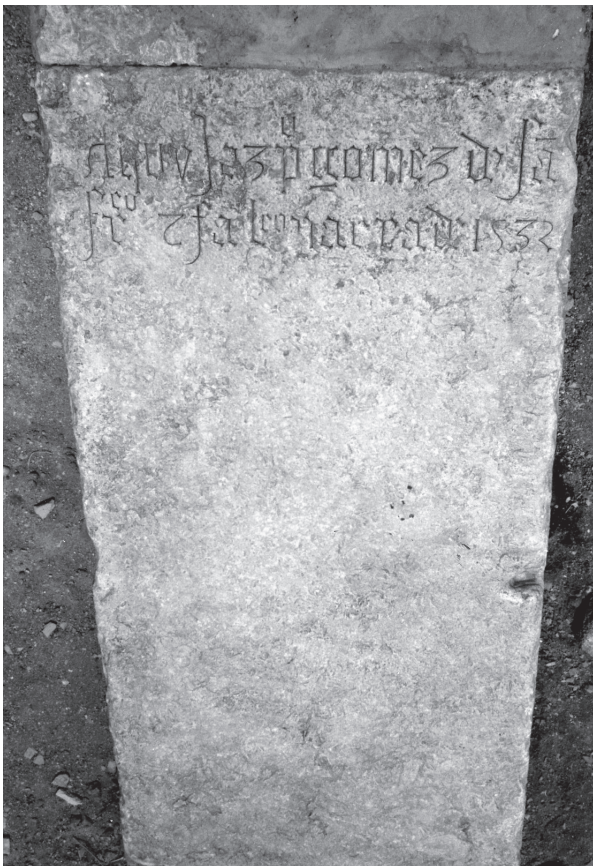
sugere alguma aproximação com a igreja de S. Roque, cuja presença é ainda hoje visível à esquerda do antigo caminho que leva de S. Sebastião à fortaleza de S. Filipe, a montante das ruínas da Misericórdia, e bem referenciada na litografia de 1864 (fig. 2).

Estas evidências levam-nos a avançar com a probabilidade da existência de um templo de invocação a S. Sebastião no local escolhido para a edificação da sé, tendo o bairro que se forma herdado (e preservado) o nome da primitiva construção (fig. 20).

O facto de a construção deste primeiro templo, presumivelmente nas primeiras décadas do século XVI, ocorrer numa plataforma a nascente da cidade, e relativamente afastada da mesma, poderá associar-se à circunstância de S. Sebastião ser o santo protector



20. Vista geral do bairro de S. Sebastião a partir da Fortaleza de S. Filipe.



21. Tamba de sepultura (datada de 1532) reutilizada como soleira na entrada principal da sé.

contra a peste e daí a escolha de um espaço razoavelmente afastado do centro urbano. De grande devoção popular, com realce no dia do santo – 19 de Janeiro – o seu culto tem grande expansão a partir de inícios do século XVI, tanto no continente como no espaço atlântico. Um dos exemplos ilustrativos desta realidade encontra-se no arquipélago dos Açores, como a igreja matriz de São Sebastião da Terceira, templo da 1.ª metade do século XVI e a igreja matriz de Ponta Delgada, dedicada igualmente a São Sebastião (Dias, 1999, p. 234-237). Esta vai ser construída onde existe um primeiro edifício, anterior a 1514, e as obras acontecem em cumprimento de uma promessa do povo de S. Miguel pelo fim de uma epidemia (1523-1531)¹⁰.

Concorrem mais dois dados passíveis de estarem associados à prévia existência de um templo dedicado a S. Sebastião. O primeiro refere-se à presença de um significativo conjunto de azulejo hispano-árabe, dos quais são exumados cerca de dezena e meia, num corte de uma lixeira junto à sé e esta associável ao antigo palácio do bispo¹¹, para além de outros exemplares exumados no espaço da sé.

O segundo facto a registar, é a aplicação de uma tampa de sepultura, como pedra de soleira, na porta principal da sé e cuja datação remonta a 1532 (fig. 21). Podemos estar perante o facto de no momento da demolição do primitivo templo ter sido recolhida a pedra tumular e posteriormente aplicada num espaço de destaque, como presumível memória do anterior edifício ou, em última instância, do indivíduo em causa.

3. ENTERRAMENTOS E ESPÓLIO

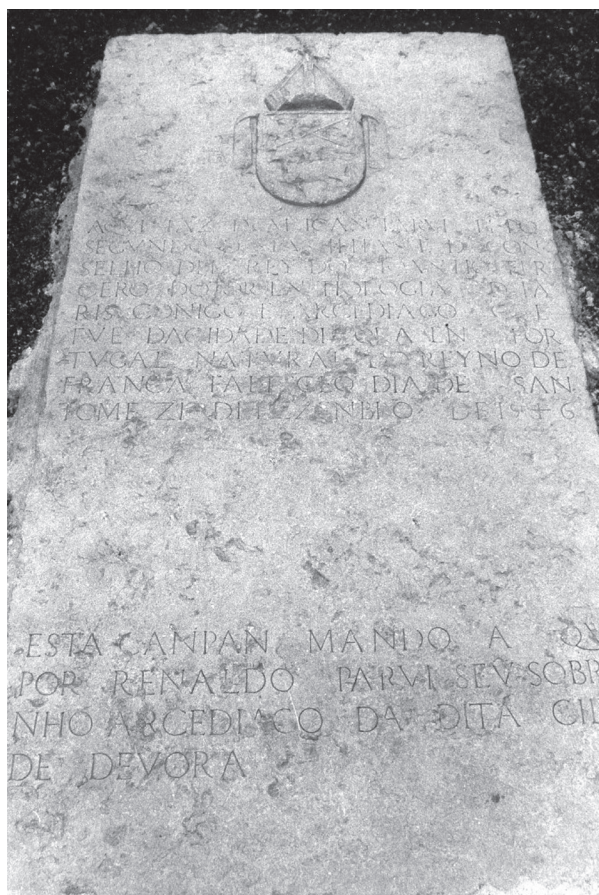
Do conjunto dos túmulos identificados, a maioria só já subsistia o covacho, muitas vezes com a presença ainda de nódulos de cal, onde o espólio associado se limita a alfinetes do sudário, escassos fragmentos de tecido e várias dezenas contas de rosário. Um número indeterminado de tampas sepulcrais (como cantarias e pedras em geral) é reutilizado na construção de casas, como pudemos constatar em duas habitações contíguas à sé.

Apesar desta situação que marcou o arruinado edifício até às primeiras décadas do século XX, subsistiram algumas tampas de sepultura, tendo uma delas se destacado pelo seu valor simbólico e histórico: a do primeiro bispo residente de Cabo Verde, João Parvi, que foi sepultado na Igreja de Nossa Senhora do Rosário

10. A campanha de obras decorreu entre 1533 e 1545.

11. No decurso da construção de uma pocilga, a oeste do embasamento ainda hoje perceptível do palácio, o proprietário permitiu que se fizesse uma curta sondagem para reconhecimento e caracterização do achado, sítio a justificar a sua integral escavação pela riqueza formal e variedade de espólio.

em 1546 e depois trasladado (com a respectiva tampa sepulcral) para a sepultura de Frei Vitoriano Portuense, bispo que concluiu a sé e falecido em 1705 (figs. 22A e B).



22a e 22b. Tampa de sepultura do primeiro bispo de Cabo Verde e pormenor do brasão.

A caixa tumular está posicionada na capela-mor ladeada pelo cadeiral (fig. 6; fig. 12, Q.130/31). A tampa sepulcral foi dedicada pelo seu sobrinho Reinaldo Parvi, Arce-diago de Évora. Numa sumária abordagem ao interior da caixa tumular, esta apresenta vestígios de duas presumíveis deposições – para além de restos de madeira e de tecido e algumas tachas e colchetes em cobre –, mas sem qualquer articulação anatómica (fig. 23).

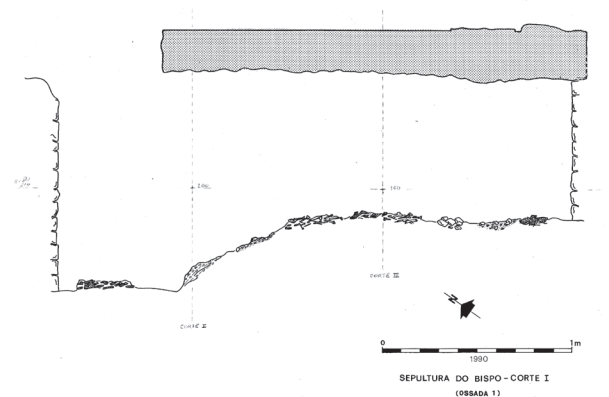
A partir deste achado intensificou-se a onda de grande curiosidade por parte da população, dos meios de comunicação social e das entidades ligadas à cultura¹² pelos trabalhos em curso.

Há a destacar a presença de mais três sepulturas, com a respectiva tampa lavrada e com dedicatória, junto ao acesso à capela de S. José (fig. 5). Uma delas refere-se ao capitão-mor António José Xavier, falecido em 1755; a segunda corresponde ao coronel Manuel Dias de Moura, falecido em 1818 e de sua mulher, (pedra tumular N^oXX); a terceira refere-se a Dona Anna da Luz Barradas, falecida a 22 de Maio de 1826 (pedra tumular N^o22). Esta última apresenta a data mais recente dos enterramentos passíveis de serem identificados (fig. 12, Q.F23).

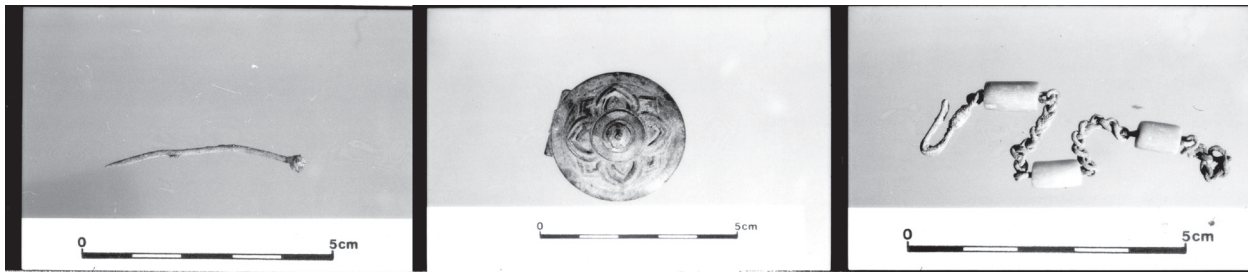
As características petrográficas do mármore sugerem que as tampas de sepultura são oriundas da metrópole¹³. O modesto **espólio exumado**, salvo poucas exceções, encontra-se associado aos enterramentos, nomeadamente das sondagens junto aos pilares, como alfinetes, medalha, contas de rosário em osso e escassas em vidro e alguns numismas. Na torre sul recuperou-se uma pulseira em prata e coral e na torre norte uma tampa em bronze de vaso litúrgico (fig. 24).

12. A TVEC procedeu a filmagens regulares dos trabalhos arqueológicos. Foi igualmente registado o trabalho desenvolvido para o programa Gente Remota realizado por Carlos Brandão Lucas para a RTP e incluído no episódio sobre Cabo Verde.

13. A pedra utilizada nos cunhais, pilares, arcos e embasamento do edifício sugere ser originária da ilha do Maio – calcários detriticos –, pedra referenciada na construção da fortaleza de Cacheu (cerca de 1650) e ainda hoje utilizada localmente e enviada para Santiago (Serralheiro, 1970, p. 63).



23. Corte do túmulo e tampa para onde foi trasladado o primeiro bispo de Cabo Verde.



24. Peças metálicas exumadas no interior da sé: pulseira, tampa de vaso litúrgico e alfinete.

A exceção vem do aterro que nivela o espaço traseiro ao embasamento do altar da capela-mor e que inclui uma vasta profusão de materiais em deposição secundária, oriundos duma presumível lixeira (figs. 25, 26 e 27). Este conjunto inclui alguma porcelana da China (figs. 26C3 e C5), faiança portuguesa (fig. 26C4), espanhola (Somé Muñoz; Huarte Cambra, 1999, p. 164) (fig. 26A) e, presumivelmente italiana, loiça vidrada, cerâmica modelada e pedrada (Ferreira, 1995, p. 153), cachimbos de cerâmica, alguma cerâmica comum de ir à mesa e base de fogareiro (fig. 26C1), anforetas, estas de produção andaluza (fig. 26B), e ainda marcas de jogo.

Da modesta colecção de numismas exumados no decurso da intervenção (com uma cronologia compreendida entre meados do século XVI e a I.ª República), realce para *III reis* de D. Pedro II (1699) exumados na sondagem de acesso ao túmulo do bispo, e passível de associação com o momento de trasladação do primeiro bispo de Cabo Verde.

Proveniente ainda do aterro de nivelamento, destaca-se um significativo conjunto de **cerâmica tradicional africana**, fabricada ao torno lento ou de modelagem manual, a partir da técnica do rolo, e de cozedura redutora.

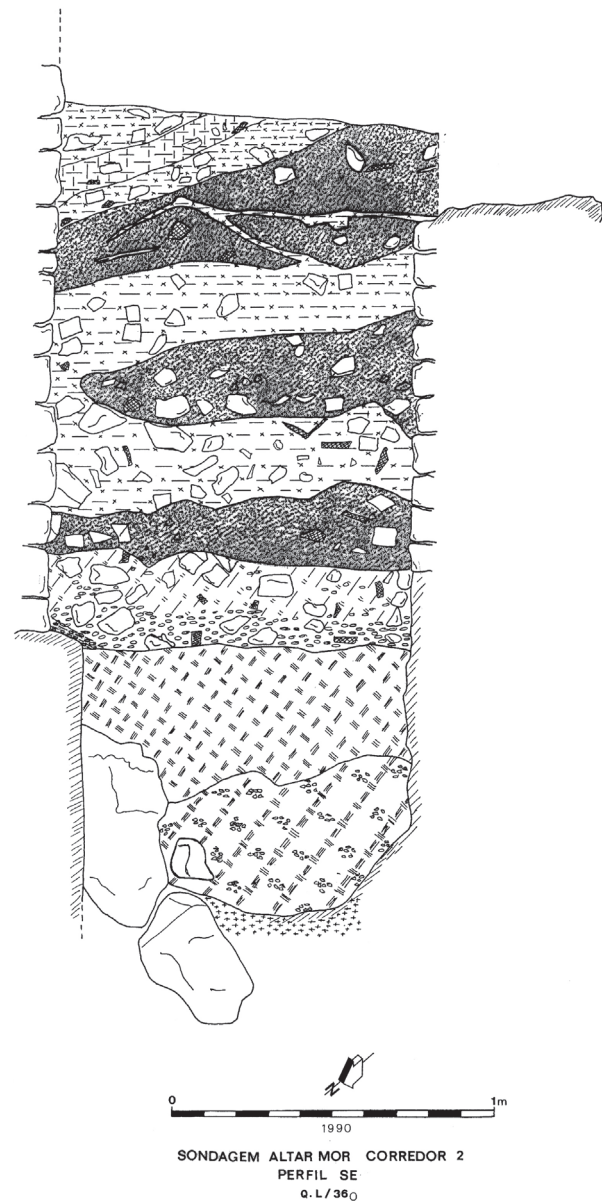
Maioritariamente enquadram-se na tipologia de panelas (algumas ainda com marcas de fogo) e taças onde predomina a decoração incisa e impressa e alguns exemplares com aplicações em bolacha, botão e cordão plástico, estando o número de exemplares decorados significativamente representado no conjunto exumado. Recolheu-se um único exemplar de asa, associável a uma panela, decorado com "unhadas" (fig. 27).

Da sondagem realizada na lixeira do palácio do bispo realce para o conjunto de dezena e meia de azulejos hispano-árabes, cerca de quatro dezenas de cerâmicas pedradas, como outro tanto de porcelana da China, enquadráveis, cronologicamente, nos séculos XVI e XVII.

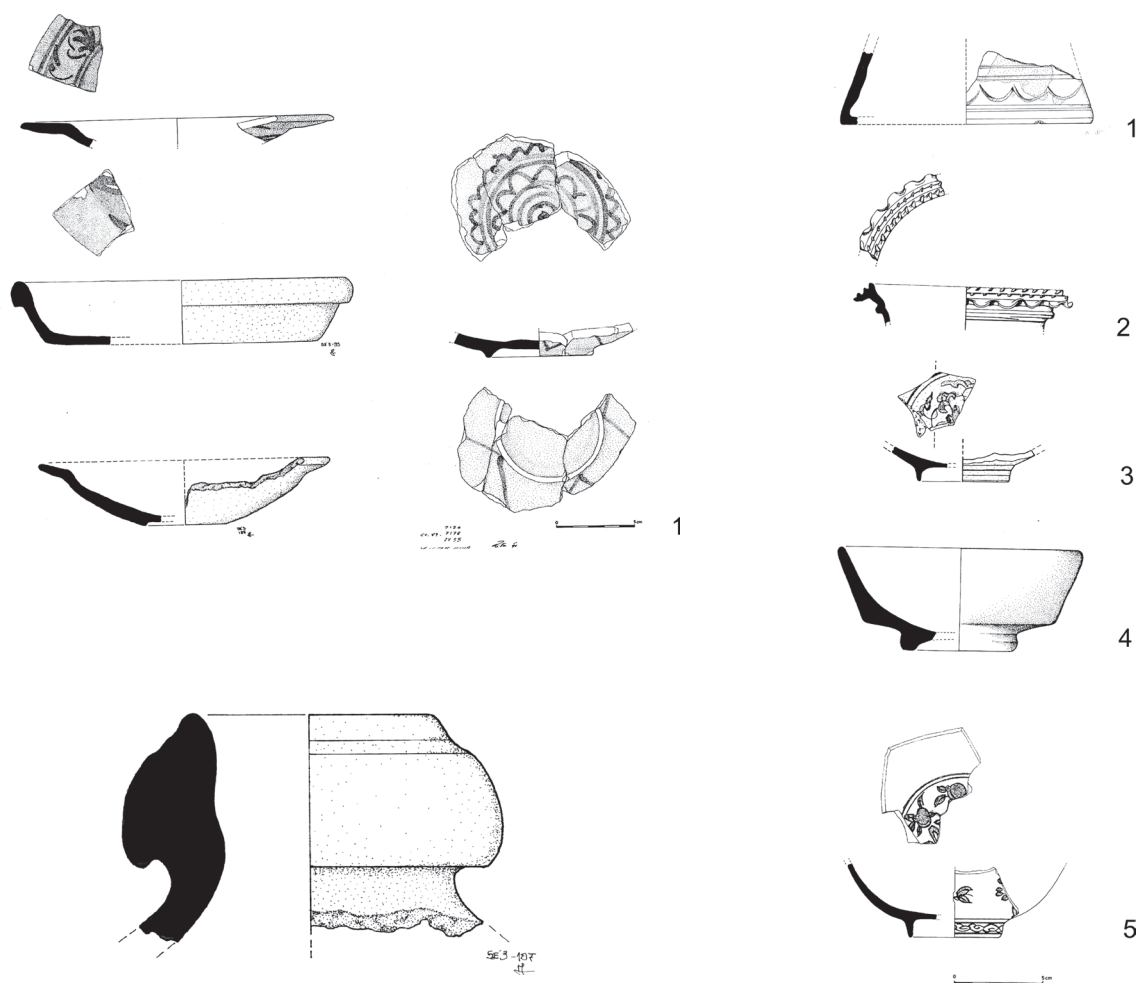
Do conjunto global de peças exumadas, destacamos uma amostra representativa de cinco locais: o primeiro exemplar é proveniente da torre norte; cinco do aterro da capela-mor; um da sacristia; um da lixeira junto ao palácio do bispo; o último, da capela norte do transepto e integra-se ainda na técnica oleira de origem africana.

- Tampa de vaso litúrgico em bronze, decorada por uma flor estilizada, de tipologia islâmica tardia; século XVII/XVIII (fig. 24);

- Fundo de prato com pé anelar, decorado com motivos lineares, ondulares e círculos concêntricos e no exterior sugerindo largos arcos. Cerâmica sevilhana azul sobre



25. Perfil do aterro do tardo do altar da capela-mor.



26. Materiais representativos da convergência de rotas comerciais (séculos XVI e XVII).

azul, integrada no grupo italianizante. Segunda metade do século XVI/século XVII (fig. 26A1);

- Anforeta de bordo espessado, com secção semi-circular e com concavidade interior; anforeta da forma C de Goggin (1964) (ou tipo C de Marken); 1.ª metade do século XVII (fig. 26B);

- Dois fundos de tigela em porcelana da China, decorados com elementos vegetalistas e geométricos. Século XVI; provavelmente reinado do imperador Jiajing (1522-1566)¹⁴ (figs. 26C3 e 5);

- Panela com bordo invertido com decoração incisa na parte superior do bojo; cerâmica de tradição africana; século XVII (fig. 27A);

- Taça modelada em cerâmica comum fina, com bordo recortado e decorado a carretilha; século XVII (fig. 26C2).

- Fragmento de bojo de panela com decoração incisa e com aplicações em botão e cordão plástico; cerâmica de tradição africana; século XVI/XVII¹⁵ (fig. 27B);

- Cálice troncocónico, liso, e pé de bolacha; cerâmica de tradição africana; século XIX (?) (fig. 27C).

O espólio exumado no aterro da capela-mor e corredores anexos enquadra-se, cronologicamente, na segunda metade do século XVI até finais do século XVII¹⁶. Na região norte e nordeste de Angola os objectos de barro e madeira apresentam graciosos motivos geométricos inspirados nos padrões da cestaria entrecruzada, como o exemplo da panela proveniente da Lunda Sul e destinada à confecção de papas de farinha de mandioca (Silva, 2003). Tem afinidades formais e decorativas com exemplares da Cidade Velha (fig. 28.3).

O concheiro de Salamansa (orla litoral norte da ilha de S. Vicente), identificado em 1993 e associado a estrutura habitacional, revelou um conjunto de fragmentos cerâmicos igualmente inseridos nos fabricos de tradição da costa ocidental africana. Correspondem a potes ou taças fundas, quase todos lisos e alguns fragmentos com decoração incisa, de motivos muito simples.

Os dois potes publicados de Salamansa integram-se na tipologia do que designamos por panelas de bordo

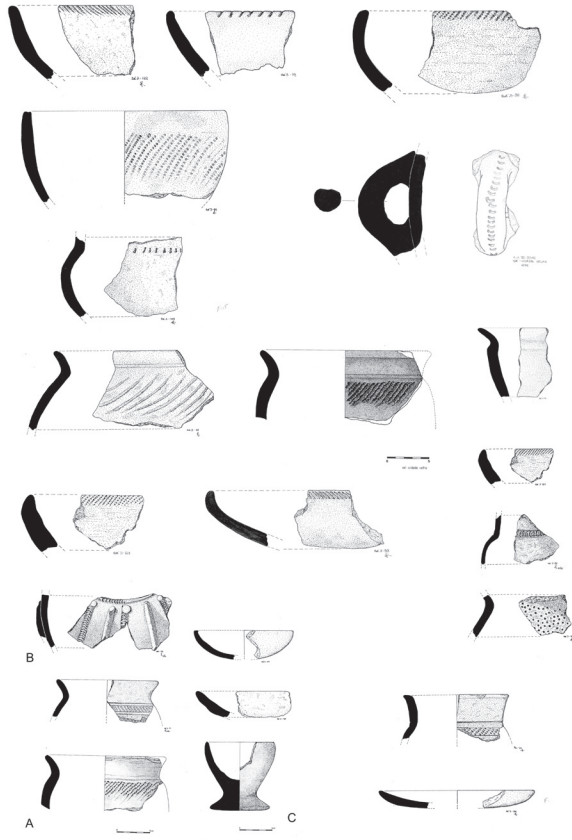
14. Cronologia gentilmente proposta por José Pedro Henriques.

15. Desenho de peças de Marta de Matos, Rita de Matos e António José Cruz.

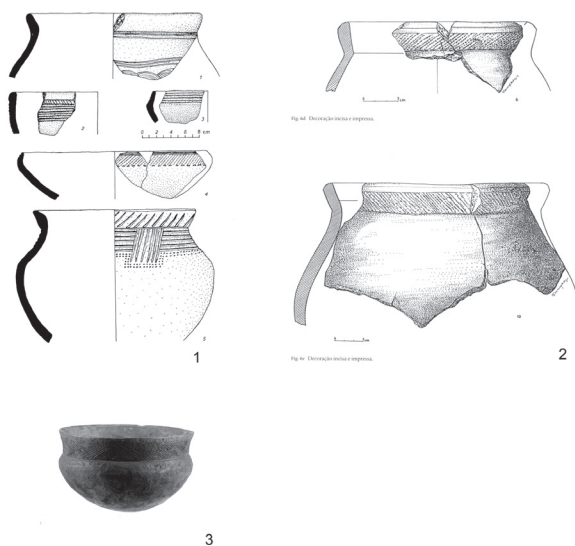
16. A presente abordagem ao espólio tem por base os dados recolhidos no decurso da escavação, listagem do material inventariado e sequente desenho de parte do acervo, já que não foi viável aceder ao mesmo nesta fase.

invertido (Cardoso e Monge Soares, 2010), embora no caso dos exemplares da Ribeira Grande estes apresentem decoração incisa a partir do bojo.

A cronologia atribuída pelos autores à formação do concheiro (datas calibradas) ocorre nos séculos XVII e XVIII, com a probabilidade do seu início recuar ainda ao século XVI (Cardoso *et alli*, 2002).



27. Cerâmica tradicional africana proveniente da sé e da lixeira do palácio do bispo.



28. Cerâmica tradicional africana: 1- Primeira Idade do Ferro, Malawi; 2- Inícios da Idade do Ferro na Província da Zambézia, Moçambique; 3- Lunda Sul, nordeste de Angola, MNE.

Maria da Conceição Rodrigues referencia ainda o concheiro da baía de João d'Évora, perto do anterior, ambos descobertos em 1913, onde foram recolhidos 41 fragmentos cerâmicos, referentes maioritariamente a bojos e alguns bordos, não apresentando qualquer decoração. Correspondem a um número mínimo de 14 recipientes com destaque para recipientes globulares e elipsóides.

O arco cronológico atribuído ao acervo vai da segunda metade do século XV ao século XVII. O recuo na datação, proposto pela investigadora, justifica-o pela primeira referência à ilha de Santiago numa carta régia datada de 19 de Setembro de 1463, tendo-se formado, no seu entender, os dois concheiros a partir de então (Rodrigues, 2001).

Este vasto conjunto de cerâmica manual, decorada com aplicações, incisões e figuras geométricas, parece-nos de nítida influência da chamada "Idade do Ferro" da Costa Africana, presumível região da Costa da Guiné, donde seria originária a maioria da população deslocada para o arquipélago e em particular para este porto de tráfico negreiro (Quintino, s. d., p. 62-65).

No entanto, não se pode descartar a hipótese de uma pesquisa futura quanto à vinda de oleiros da costa oriental de África, herdeiros de uma cultura ancestral, já que se verifica uma semelhança formal e decorativa assinalável com a produção de inícios da Idade do Ferro



29. Oleiras de Fonte Lima vendendo no mercado da Assumada, ilha de Santiago.

Africana registada em regiões da África Oriental (Phillipson, 1993, p. 187-198), (fig. 28.1) e, para o caso em análise, na actual costa moçambicana (regiões da Zambézia e da Matola) (Rodrigues, 2006, p. 442) (fig. 28.2). Memória viva da ancestral produção oleira na ilha de Santiago, pode ser admirada (e adquirida) no mercado da povoação da Assumada¹⁷, com venda de loiça produzida em Fonte Lima, por oleiras locais, e onde actualmente existe um centro interpretativo (fig. 29). A diversidade do espólio quanto à sua origem e natureza reforça o pressuposto de que o arquipélago de Cabo Verde, e particularmente o porto da antiga Ribeira Grande, funcionou como ponto onde convergiam várias rotas comerciais com passagem pela América, África e Extremo Oriente, e com o domínio de ma-

teriais originários de Portugal e da Espanha (da fase da união das duas coroas) e do norte da Europa, com o testemunho de um conjunto de cachimbos, atribuíveis à presença de marinheiros na cidade.

O contributo da população deslocada para aqui a partir da costa da Guiné é igualmente notório, tanto na construção, criadagem, actividades agropecuárias, até à participação de alguns naturais de Santiago no comércio de escravos. Para além de manifestações culturais, como os jogos, está bem patente o seu contributo ao nível da loiça do quotidiano, associada a tradições alimentares que, numa simbiose perfeita ao longo de vários séculos, resulta numa riqueza gastronómica local, como a célebre *cachupa rica*¹⁸.

17. Povoação do interior da ilha de Santiago, com sede de concelho em Santa Catarina.

18. Prato próximo ao nosso *cozido à portuguesa* mas com maior diversidade e origem dos ingredientes.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, J. B. (1990) – A Sé da Ribeira Grande: Proposta de recuperação. *Revista Oceanos*, n.º 5, 1990, p. 88-89.
- AMARO, C. (1990) – Escavações Arqueológicas na Cidade Velha. *Revista Oceanos*, n.º 5, p. 85-87.
- AMARO, C. e SANTOS, V. (2002) – Recuperação do Forte da Preguiça, na ilha de S. Nicolau, República de Cabo Verde. *Revista Pedra & Cal*, n.º 15.
- BARROS, L. e CARDOSO, G. (2008) – Cerâmicas manuais dos séculos XVI a XVIII de Almada, Cadaval e Cascais. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Volume 11, número 2, p. 347-360.
- CARDOSO, J. L. e MONGE SOARES, A. M. (2010) – *A Estação Arqueológica de Salamansa* (ilha de São Vicente, República de Cabo Verde). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Volume 13. IGESPAR, p.167-214.
- CARDOSO, J. L.; MONGE SOARES, A. M.; REINER, F.; GUERREIRO, A.; BARRADAS, C.; COSTA, R. e CARVALHO, C. (2002) – O concheiro de Salamansa (Ilha de São Vicente, arquipélago de Cabo Verde): nota preliminar. *Portugália, Nova Série*, Volume XXIII, p. 221-231.
- CORREIA E SILVA, A. (1998) – *Espaços Urbanos de Cabo Verde. O tempo das cidades-porto*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- DIAS, P. (1999) – *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822). O Espaço do Atlântico (séculos XV-XIX)*. Círculo de Leitores p. 112-118 e p. 234-239.
- FAGUNDES, J. (1989) – *Ribeira Grande – a Cidade Velha*. Catálogo da exposição promovida por SEC, IPPC, SENEC. Cidade da Praia, Cabo Verde, Outubro de 1989.
- FAGUNDES, J. (1990) – Ribeira Grande, A Cidade Velha. *Revista Oceanos*, n.º 5, p. 78-84.
- FERNANDES, J. M. (2004) – *Arquitectura – Portugal: breve síntese. III Congresso Internacional da APHA*, Lisboa, 18/11/2004.
- FERNANDES, L. e ALBERTO, E. (2009) – Sobre os Jogos gravados em pedra do Distrito de Castelo Branco. *AÇAFA online* n.º 2. Associação de Estudos do Alto Tejo.
- FERREIRA, M. A. (1995) – O Barroco na cerâmica doméstica portuguesa. *1^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval*. Actas, Câmara Municipal de Tondela, p.151-161.
- HENRIQUES, J. M. (2011) – *Da Riviera Portuguesa à Costa do Sol. Fundação, Desenvolvimento e Afirmação de uma Estância Turística [Cascais, 1850 – 1930]*. Edições Colibri e Câmara Municipal de Cascais.
- HORTA CORREIA, J. E. (1991) – *Arquitectura Portuguesa, renascimento, maneirismo, estilo chão*. Editorial Presença, Lisboa.
- KUBLER, G. (1988) – *A Arquitectura Portuguesa Chã. Entre as Especiarias e os Diamantes, 1521 – 1706*. Editorial Vega, Lisboa.
- MECO, J. (1999) – A Expansão da Azulejaria Portuguesa. *Revista Oceanos*, n.º 36/37, Outubro 98/Março 1999, p. 8-17.
- NEIVA, Padre A. (1994) – A missão em Cabo Verde. Catálogo da Exposição *Encontro de Culturas – Oito Séculos de Missão Portuguesa*. Mosteiro de São Vicente de Fora, Lisboa, Julho a Dezembro de 1994, p. 129-133. Comissão Geral: Maria Natália Correia Guedes.
- PHILLIPSON, D. W. (1993) – *African Archaeology*. Cambridge University Press, Second Edition.
- QUINTINO, F. R. (s. d.) – *A Arte Popular em Portugal, ilhas adjacentes e ultramar. Guiné*. Direcção de Fernando de Castro Pires de Lima. Editorial Verbo.
- RODRIGUES, M. C. (2001) – Contribuição para o estudo de estações arqueológicas em Cabo Verde. Os concheiros da baía da Salamanca e João d'Évora, Ilha de S. Vicente. *Portugália, Nova Série*, Volume XI-XII, 2000-2001, p. 249-280.
- RODRIGUES, M. C. (2006) – O primeiro sítio com vestígios de utilização do ferro e cerâmica “tradicional” da Early Iron Age localizado em Moçambique – província da Zambézia. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 9, número 2, p. 415-449.
- SCHWARTZ, S. (1998) – Os escravos: remédio de todas as outras cousas. *História da Expansão Portuguesa*. Volume 2. Direcção de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri. Círculo de Leitores, p. 232-247.
- SERRALHEIRO, A. (1970) – *Geologia da Ilha de Maio (Cabo Verde)*. Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa.
- SILVA, S. (2003) – *A vez dos cestos*. Museu Nacional de Etnologia, Instituto Português de Museus, Ministério da Cultura, Lisboa, p. 67-73.
- SOMÉ MUÑOZ, P. e HUARTE CAMBRA, R. (1999) – La cerâmica moderna en el convento del Carmen (Sevilha). *Arqueologia Medieval*, n.º 6, p. 160-171.